

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PROGRAMA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA EM CIÊNCIAS AGRÁRIAS
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM MEDICINA VETERINÁRIA DO COLETIVO

Relatório Final de Intervenção Básica

**DESENVOLVIMENTO DE PLANOS DE CONTINGÊNCIA PARA
DESASTRES JUNTO AOS MUNICÍPIOS MINEIROS**

BRUNNA GABRIELA GONÇALVES DE OLIVEIRA FERREIRA

Tutor: Profa. Dra. ANA LIZ FERREIRA BASTOS

Curitiba -PR
MARÇO, 2023

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PROGRAMA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA EM CIÊNCIAS AGRÁRIAS
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM MEDICINA VETERINÁRIA DO COLETIVO

Relatório Final de Intervenção Básica

**DESENVOLVIMENTO DE PLANOS DE CONTINGÊNCIA PARA
DESASTRES JUNTO AOS MUNICÍPIOS MINEIROS**

BRUNNA GABRIELA GONÇALVES DE OLIVEIRA FERREIRA

Tutor: Profa. Dra. ANA LIZ FERREIRA BASTOS

A apresentação deste Relatório Final de Intervenção Básica é exigência do Curso de Especialização em Medicina Veterinária do Coletivo, Setor de Ciências Agrárias da Universidade Federal do Paraná, para obtenção do título de Especialista.

Curitiba -PR
MARÇO, 2023

RESUMO

No Brasil, os desastres ambientais mais comuns são incêndios, enchentes e deslizamentos de terra. No ano de 2022, 375 municípios em Minas Gerais decretaram estado de emergência devido às enchentes e cerca de 232.530 pessoas foram afetadas no país. Apesar disso, apenas 6% dos municípios brasileiros contam com planos de contingência para desastres. O objetivo deste trabalho foi orientar e auxiliar municípios mineiros participantes do PRODEVIDA na elaboração de planos de contingência para situações de desastres considerando a vida animal. O PRODEVIDA apoia os municípios participantes promovendo a qualificação dos gestores, servidores e membros da proteção animal por meio da Capacitação para a Gestão do Manejo Populacional de Cães e Gatos. A fim de orientar e auxiliar municípios participantes do PRODEVIDA na elaboração de planos de contingência que salvaguardem a vida animal, gestores e atores da causa animal de 184 municípios que finalizaram a capacitação foram convidados para uma reunião com o objetivo de desenvolver o documento em questão, sendo que representantes de oito municípios demonstraram interesse. Desses oito municípios, cinco não conseguiram comparecer à reunião de desenvolvimento do plano, seja por falta de resposta ou indisponibilidade de horários. Todos os respondentes afirmaram que seus municípios já passaram por alguma situação de desastre, como enchentes, inundações, deslizamentos de terra e incêndios. As reuniões com os três municípios trabalhados foram frutuosas e permitiram o delineamento de um plano de contingência que salvaguarde a vida animal, considerando as necessidades de cada localidade. Sua finalização, contudo, depende da articulação entre órgãos municipais, atores da causa animal e defesa civil, a fim de determinar ações, esclarecer dúvidas e propor protocolos funcionais à realidade municipal.

Palavras-chave: PRODEVIDA. Saúde Única. Bem-estar Animal. Animais em desastres.

ABSTRACT

In Brazil, the most common environmental disasters are fires, floods and landslides. In 2022, 375 cities in Minas Gerais declared a state of emergency due to flooding and around 232,530 people were affected in the country. Despite this, only 6% of Brazilian cities have disaster contingency plans. The aim of this work was to guide and assist cities in Minas Gerais participating in PRODEVIDA in drawing up contingency plans for disaster situations, taking animal life into account. PRODEVIDA supports participating cities by promoting the qualification of managers, civil servants and members of the animal protection sector through Training for the Management of Dog and Cat Population Management. In order to guide and assist cities participating in PRODEVIDA in drawing up contingency plans to safeguard animal life, managers and animal welfare workers from 184 municipalities that had completed the training were invited to a meeting with the aim of developing the document in question, and representatives from eight cities showed interest. Of these eight cities, five were unable to attend the meeting to develop the plan, either due to a lack of response or unavailability of time. All the respondents said that their cities had already experienced some kind of disaster, such as floods, landslides and fires. The meetings with the three cities we worked with were fruitful and allowed us to draw up a contingency plan to safeguard animal life, taking into account the needs of each location. Its completion, however, depends on coordination between municipal agencies, animal rights activists and civil defense, in order to determine actions, clarify doubts and propose protocols that are functional to the municipal reality.

Keywords: PRODEVIDA. One Health. Animal welfare. Animals in disasters.

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| RESUMO..... | 3 |
| ABSTRACT..... | 4 |
| SUMÁRIO | 5 |
| 1. INTRODUÇÃO..... | 6 |
| 2. REFERENCIAL TEÓRICO..... | 7 |
| 3. OBJETIVOS | 9 |
| 3.1. Objetivo Geral..... | 9 |
| 3.2. Objetivos Específicos | 9 |
| 4. METODOLOGIA | 9 |
| 4.1. Área de estudo..... | 9 |
| 4.2. Tipo de estudo:..... | 10 |
| 4.3. Ações desenvolvidas:..... | 10 |
| 4.4. Coleta de dados e instrumento de coleta: | 12 |
| 6. CONCLUSÃO..... | 19 |
| 7. CRONOGRAMA..... | 19 |
| 8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 20 |
| <i>ANEXO I – Modelo genérico de plano de contingência, formulado a partir do Plano Nacional de Contingência de Desastres em Massa Envolvendo Animal do CFMV e suas orientações, usado como base para o desenvolvimento dos planos de contingência dos municípios de Tapira, Betim e Serro.</i> | 23 |

1. INTRODUÇÃO

No Brasil, os desastres ambientais mais comuns são incêndios, enchentes e deslizamentos de terra. No ano de 2022, 375 municípios em Minas Gerais decretaram estado de emergência devido às enchentes e cerca de 232.530 pessoas foram afetadas no país. Apesar disso, apenas 6% dos municípios brasileiros contam com planos de contingência para desastres (ARRUDA, 2015; MENDONÇA, 2022; IBGE, 2012).

Planos de contingência são instrumentos de controle e mitigação que preveem situações de desastres e intercorrências relacionadas ao evento. Esses instrumentos permitem que os municípios se preparem, organizando ações a fim de nortear decisões, preparar a comunidade e minimizar impactos. A consolidação das relações de afeto entre animais e humanos, a senciência animal e o dever ético, moral e técnico em assegurar o bem-estar animal são temáticas cada vez mais relevantes na sociedade atual. Desse modo, torna-se necessário considerar, além da vida humana, a vida animal neste documento, salvaguardando- a (FERNANDES, 2017; BASTOS, 2019).

Na última década, o estado de Minas Gerais foi cenário de desconhecidos desastres ambientais. Os danos são imensuráveis e, em muitos dos casos, irreparáveis. Nesse cenário, faz-se necessário que sejam implementadas medidas preventivas para minimizar danos, bem como o estabelecimento de protocolos de ação para estas situações. Dessa forma, o Governo de Minas Gerais, por meio da Coordenadoria Estadual de Defesa Civil (Cedec/MG), auxilia os municípios na elaboração de planos de contingência exigidos pela Lei Federal nº 12.608/12, nos termos do art. 7º, inciso VIII. A ação, gratuita, consiste em fornecer informações técnicas e assessoramento presencial ou à distância para elaboração deste e de outros documentos e planos pertinentes. O documento, contudo, não inclui animais em seu escopo. Tem-se ainda que o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil é o órgão responsável por coordenar as ações de proteção e defesa civil no território nacional. O órgão atua desenvolvendo atividades preventivas, de mitigação, preparação, resposta e recuperação para desastres, em um trabalho multissetorial, nos três níveis de governo. As ações do órgão também não incluem a vida animal em suas atividades (GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS, 2021; ALVES, s.d.).

O Programa Regional em Defesa da Vida Animal (PRODEVIDA) foi idealizado pela Coordenadoria Estadual de Defesa dos Animais (CEDA) do Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) e tem como objetivo efetivar a defesa animal, promovendo o

desenvolvimento de programas de manejo populacional de cães e gatos (MPCG) de forma racional e ética, sem que haja sacrifício animal para este fim. O programa busca prestar apoio aos municípios integrantes do projeto em Minas Gerais, estimulando o desenvolvimento de políticas públicas para MPCG, cumprindo o que regem a Lei Federal nº 13.426/2017 e a Lei Estadual nº 21.970/2016 de Minas Gerais. O PRODEVIDA apoia os municípios participantes promovendo a qualificação dos gestores, servidores e membros da proteção animal por meio da Capacitação para a Gestão do Manejo Populacional de Cães e Gatos. Trata-se de um curso desenvolvido pelo Instituto de Medicina Veterinária do Coletivo (IMVC) que, dentre outros temas, aborda a necessidade do desenvolvimento de planos de contingência para situações de desastres.

Notando a dificuldade na elaboração de um plano de contingência para desastres que salvasse a vida animal, este trabalho teve, como objetivo, auxiliar municípios participantes do PRODEVIDA no desenvolvimento do documento, considerando os riscos envolvidos em cada localidade. Espera-se que, com as orientações para a elaboração dos planos de contingência que considerem animais, seja possível contribuir com a avaliação de riscos, prevenção, preparação e mitigação de impactos causados por desastres ambientais.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

O Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil (SINDEC), em seu decreto nº 7.257/2010, art. 2º, conceitua desastre como “resultado de eventos adversos, naturais ou provocados pelo homem sobre um ecossistema vulnerável, causando danos humanos, materiais ou ambientais e consequentes prejuízos econômicos e sociais” (BRASIL, 2010).

O Conselho Federal de Medicina Veterinária (CFMV) conceitua desastres em massa como “termo que designa um incidente coletivo com grande número de vítimas graves ou fatais, especialmente em decorrência de alta concentração demográfica em áreas reduzidas, e que supera a capacidade de resposta das instituições locais” e esclarece que “consistem em eventos catastróficos e repentinos, nem sempre imprevisíveis, que requerem ação rápida e eficiente”. Ainda, determina que desastres em massa envolvendo animais tratam-se de “eventos nos quais animais não humanos fazem parte do contexto de vítimas e/ou de resgate” (BASTOS, 2022).

Os desastres são influenciados por diversos fatores, dentre os quais, Bastos (2019) cita “as características ambientais, climáticas, a forma do uso e ocupação do solo, as ações antrópicas existentes, o desenvolvimento humano local, o histórico geológico, o

cumprimento das normas legais e as decisões políticas, de desenvolvimento e econômicas”. Podem se classificar como epidêmicos ou não epidêmicos, sendo que os epidêmicos ocorrem pela emergência ou reemergência de enfermidades, em humanos ou animais, podendo ser acidentais ou intencionais, e os não epidêmicos podem ocorrer de forma natural, antrópica ou tecnológica (BASTOS, 2019; FAO, 2010).

Bases de dados internacionais categorizam os desastres em eventos geológicos, eventos meteorológicos, eventos hidrológicos e eventos climatológicos. Os eventos geológicos, meteorológicos, hidrológicos e climatológicos compreendem, respectivamente: processos erosivos ou deslizamentos; ciclones, tornados e vendavais; alagamentos, enchentes e inundações graduais e bruscas; seca, estiagem, queimadas e incêndios florestais, chuvas de granizo, geadas e ondas de frio e calor (KRON, 2012; FREITAS, 2014).

Os desastres que mais comumente acometem o Brasil são incêndios, enchentes e deslizamentos de terra. Cerca de 375 municípios do estado de Minas Gerais decretaram estado de emergência no ano de 2022 devido à eventos hidrológicos. Esses dados tornam o gerenciamento de riscos uma parte imprescindível na minimização de danos. Apesar dos impactos diretos na saúde das populações, nota-se uma abordagem deficitária de estudos que envolvam desastres naturais no Brasil, principalmente no que tange a inclusão dos animais nas medidas referentes ao evento (ARRUDA, 2015; MENDONÇA, 2022; FREITAS, 2014).

Planos de contingência são imprescindíveis para orientar as ações da gestão pública, prevendo e minimizando os impactos decorrentes de situações de desastres, delineando medidas preventivas e condutas de resposta adequadas a cada situação. Trata-se de um instrumento preventivo, capaz de traçar e organizar procedimentos para momentos de crise (BASTOS, 2022; FERNANDES, 2017, FREITAS, 2014).

Tem-se que a gestão de risco refere-se à “prática sistemática de gerir a incerteza a fim de minimizar danos”. Embora alguns municípios mineiros já estejam avançando no gerenciamento de riscos, propondo planos para minimizar os impactos decorrentes de desastres naturais, os animais, muitas vezes afetados nesses desastres, permanecem desprezados pelos planejamentos. Essa ausência reflete em um processo cultural que naturaliza o abandono e que é parte construtiva do especismo (UNISDR, 2009; ANTONIO, 2016).

Nota-se, dessa forma, a necessidade de auxílio na criação de planos emergenciais que incluam animais para situações de desastres ambientais.

3. OBJETIVOS

3.1. Objetivo Geral

Orientar e auxiliar municípios mineiros participantes do PRODEVIDA na elaboração de planos de contingência para situações de desastres considerando a vida animal.

3.2. Objetivos Específicos

- a) Avaliar os principais riscos por regiões e discutir protocolos de ação específicos para cada realidade;
- b) Estimular e dar ferramentas para a criação de um plano de contingência para desastres que salvasse vidas animais;
- c) Auxiliar municípios na implementação de medidas preventivas para situações de desastres.

4. METODOLOGIA

4.1. Área de estudo

O estado de Minas Gerais está localizado na região sudeste do Brasil. Com área territorial de 583.513.983 km², compõe-se de 853 municípios e 21.411.923 habitantes, caracterizando-se como o segundo estado mais populoso do Brasil. O domínio do Cerrado ocupa cerca de 54% da extensão territorial do estado, enquanto a Mata Atlântica ocupa cerca de 40% da área e a Caatinga, cerca de 6% (IBGE, 2021; IBGE, 2004).

Minas Gerais é o estado que mais produz minério no Brasil, correspondendo a 67% das reservas de minério do país e abrigando cerca de 350 barragens de mineração, das quais, 150 foram cadastradas, em relação ao risco de rompimento, como “dano potencial alto”. Minas Gerais sediou os dois maiores desastres de barragens de mineração no Brasil, nos municípios de Mariana, em 2015 e Brumadinho, em 2019. Em relação aos desastres naturais, o estado lidera o ranking entre todas as unidades federativas do Brasil, sendo que, entre 2013 e 2022, foram 8.095 registros de ocorrências (MEDEIROS, 2022; MURATORI, 2022).

4.2. Tipo de estudo:

Para o desenvolvimento do trabalho foram selecionados municípios participantes do PRODEVIDA que finalizaram a Capacitação para a Gestão do Manejo Populacional de Cães e Gatos, realizada pelo Instituto de Medicina Veterinária do Coletivo (IMVC) em parceria com a Coordenadoria Estadual de Defesa Animal (CEDA) do Ministério Público de Minas Gerais (MPMG). Os municípios selecionados foram convidados a desenvolver um plano de contingência para desastres considerando animais. Destes, oito municípios demonstraram interesse na elaboração do documento, sendo que apenas três cumpriram as exigências solicitadas para desenvolvimento do plano.

4.3. Ações desenvolvidas:

O Programa Regional em Defesa da Vida Animal (PRODEVIDA) busca prestar apoio aos municípios do estado de Minas Gerais, estimulando o desenvolvimento de políticas públicas para MPCG, cumprindo o que regem a Lei Federal nº 13.426/2017 e a Lei Estadual nº 21.970/2016. A adesão ao programa garante aos municípios a qualificação de seus gestores, servidores e membros da proteção animal por meio da Capacitação para a Gestão do Manejo Populacional de Cães e Gatos. A capacitação se dá por um curso teórico-prático, ministrado de forma remota, desenvolvido pelo Instituto de Medicina Veterinária do Coletivo (IMVC). Dentre os temas abordados, é discutida a necessidade do desenvolvimento de planos de contingência para situação de desastres, na palestra “planos de contingência para animais em situação de desastres”.

Ao fim da capacitação, objetiva-se que os municípios tenham desenvolvido duas atividades: um diagnóstico situacional e um plano de Manejo Populacional de Cães e Gatos (MPCG). O diagnóstico de MPCG objetiva o entendimento das circunstâncias em que o município se encontra em relação ao tema, enquanto o plano de MPCG traça ações a serem desenvolvidas e readequadas. As ações são avaliadas um ano após o término da capacitação, em um evento presencial denominado “Fórum PRODEVIDA”.

Foram organizados 10 eventos de “Fórum PRODEVIDA” presenciais, em municípios de diferentes regiões do estado de Minas Gerais (Tabela 1). Foram criados, também, 10 grupos no aplicativo de mensagens “*Whatsapp*”, sendo que cada grupo inclui o município sede e os municípios convidados para cada dia de fórum, a fim de facilitar as comunicações referentes ao evento.

Tabela 1 – Organização dos Fóruns PRODEVIDA

| DATA | MUNICÍPIO SEDE | MUNICÍPIOS CONVIDADOS |
|--|--------------------|--|
| 03 de outubro de 2022 | Ribeirão das Neves | Araçai, Capim Branco, Confins, Cordisburgo, Crucilândia, Itaguara, Itatiaiuçu, Itaúna, Jaboticatubas, Juatuba, Lagoa Santa, Mateus Leme, Matozinhos, Pedro Leopoldo, Piracema, Ribeirão das Neves, Santana do Riacho, São José da Lapa, Vespasiano e Virginópolis. |
| 04 de outubro de 2022 | Sete Lagoas | Baldim, Cachoeira da Prata, Curvelo, Esmeraldas, Fortuna de Minas, Funilândia, Jequitibá, Pompéu, Santa Luzia, Santana de Pirapama e Sete Lagoas. |
| 06 de outubro de 2022 | Mariana | Barão de Cocais, Bom Jesus do Amparo, Catas Altas, Ervália, Itabira, Itabirito, Mariana, Nova União, Santa Maria de Itabira, Santana dos Montes, Ouro Preto, Taquaraçu de Minas, Uruçânia. |
| 07 de outubro de 2022 | Betim | Araíjos, Betim, Bom Despacho, Contagem, Igarapé, Moema, Nova Lima, Nova Serrana, Perdígão, Raposos, Rio Acima e Sarzedo. |
| 06 de março de 2023 | Uberaba | Água Comprida, Campo Florido, Canápolis, Centralina, Conceição das Alagoas, Conquista, Delta, Ituitaba, Frutal, Monte Alegre de Minas, Nova Ponte, Pirajuba, Sacramento, Santa Juliana, Santa Vitória, Tupaciguara, Uberaba e Veríssimo. |
| 08 de março de 2023 | Patos de Minas | Araguari, Abadia dos Dourados, Arapuá, Carmo do Paranaíba, Estrela do Sul, Lagamar, Monte Carmelo, Indianópolis, Patos de Minas, Presidente Olegário e Rio Paranaíba. |
| 10 de março de 2023 | Paracatu | Arinos, Bonfinópolis de Minas, Brasilândia de Minas, Buritis, Cabeceira Grande, Chapada Gaúcha, Dom Bosco, Formoso, Guarda-Mor, João Pinheiro, Lagoa Grande, Natalândia, Paracatu, Pintópolis, Riachinho, Unai, Uruana de Minas, Uruçuaia, Vazante. |
| 22 de março de 2023 | Capitólio | Acerburgo, Alpinópolis, Bom Jesus da Penha, Capetinga, Cabo Verde, Capitólio, Cassia, Delfinópolis, Doresópolis, Fortaleza de Minas, Guapé, Guaranésia, Guaxupé, Ibiraci, Itaú de Minas, Juruáia, Passos, Piumhi, Pratápolis, São João Batista do Glória, São José da Barra, São Roque de Minas, São Pedro da União, São Sebastião do Paraíso e São Tomás de Aquino. |
| 24 de março de 2023 | Formiga | Aguanil, Arcos, Bambuí, Cachoeira de Minas, Camacho, Campo Belo, Campos Altos, Cana Verde, Candeias, Carmo da Mata, Carmo do Cajuru, Carmópolis de Minas, Claudio, Córrego Danta, Córrego Fundo, Cristais, Divinópolis, Formiga, Ibiá, Ibituruna, Iguatama, Itapeçerica, Japaraíba, Lagoa da Prata, Lavras, Luz, Medeiros, Pains, Passa Tempo, Pedra do Indaiá, Pedrinópolis, Perdizes, Perdões, Pimenta, Pratinha, Santana do Jacaré, Santo Antônio do Amparo, Santo Antônio do Monte, São Francisco de Paula, São Sebastião do Oeste, Tapira, Tapiraí. |
| 04 de abril de 2023 | Berilo | Berilo, Chapada do Norte, Francisco Badaró, Medina, Minas Novas, Montes Claros, Nanuque, Presidente Kubitschek, Ponto dos Volantes, Rio Vermelho, Serra dos Aimorés, Serro, Teófilo Otoni. |
| Total de municípios participantes | | 184 |

4.4. Coleta de dados e instrumento de coleta:

O estudo foi dividido em três momentos:

a) Convite para a elaboração de um plano de contingência considerando animais

Em todos os grupos referentes aos fóruns regionais, foram disparadas mensagens de convite para o desenvolvimento de um plano de contingência para desastres considerando animais.

b) Envio de formulário para diagnóstico para caracterização situacional dos municípios

À manifestação de interesse de cada município, foi enviado um formulário de diagnóstico preliminar para preenchimento, etapa que antecedeu as reuniões de desenvolvimento do plano. O formulário diagnóstico enviado para cada município, a fim de caracterizar pontos importantes à elaboração do plano era composto das seguintes questões:

- Nome completo do responsável pelo preenchimento;
- Município de atuação;
- Cargo;
- Telefone de contato (com DDD);
- E-mail;
- O município já passou por alguma situação de desastre? (enchentes, incêndios, deslizamentos de terra, inundações, rompimento de barragens, desastres nucleares, entre outros);
- Caso você tenha respondido SIM na questão anterior, qual tipo de desastre acometeu o município?
- Caso o município já tenha passado por situações de desastres, quando isso ocorreu?
- Qual a população humana aproximada do município?

- Qual a população aproximada de animais do município? Como essa população foi calculada? (ex. censo casa a casa, estimativa a partir da campanha de vacinação antirrábica, entre outros);
- Existem ONGs/OSCs de Proteção Animal no município? Como é sua articulação com a gestão municipal?
- Existem clínicas veterinárias particulares no município?
- O município tem um abrigo municipal de animais?
- O município conta com algum Médico-Veterinário em seu corpo de funcionários?

Ao preenchimento do formulário, foi feito contato com os representantes dos municípios para que as reuniões de desenvolvimento dos planos de contingência fossem agendadas.

c) **Reunião para o desenvolvimento do documento**

Na data de 09 de março de 2023, foram realizadas reuniões individuais, de aproximadamente 1h30, com representantes de municípios que preencheram o formulário e que apresentaram disponibilidade de horários para desenvolvimento do plano. As reuniões foram realizadas de forma remota e foram organizadas em duas etapas: introdução teórica e discussão e desenvolvimento de plano. À introdução teórica, a palestra “planos de contingência para animais em situação de desastres”, ministrada na Capacitação para a Gestão do Manejo Populacional de Cães e Gatos, foi reexibida, enquanto, na fase de discussão e desenvolvimento de plano, o documento foi esboçado.

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na última década, Minas Gerais foi cenário de descomunais desastres ambientais, sendo que no ano de 2022, 375 de seus municípios decretaram estado de emergência devido a eventos hidrológicos. Considerando a consolidação das relações de afeto entre animais e humanos, a senciência animal e o dever ético, moral e técnico em assegurar o bem-estar animal, torna-se necessário considerar a vida animal em situações de desastres. Para isso, a Coordenadoria Estadual de Defesa Animal (CEDA) do Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), com intermédio do Instituto de Medicina Veterinária do Coletivo (IMVC), capacita municípios participantes do Programa Regional em Defesa da Vida Animal (PRODEVIDA)

para o manejo populacional de cães e gatos e aborda, em sua programação, a necessidade do desenvolvimento de planos de contingência que salvaguardem a vida de animais.

A fim de orientar e auxiliar municípios participantes do PRODEVIDA na elaboração de planos de contingência que salvaguardem a vida animal, gestores e atores da causa animal de 184 municípios que finalizaram a capacitação foram convidados para uma reunião com o objetivo de desenvolver o documento em questão, sendo que representantes de oito municípios demonstraram interesse: Patos de Minas, Tapira, Serro, Betim, Dom Bosco, Contagem, Teófilo Otoni e Ribeirão das Neves, sendo que os municípios de Patos de Minas, Dom Bosco, Contagem, Teófilo Otoni e Ribeirão das Neves não conseguiram comparecer à reunião de desenvolvimento do plano, seja por falta de resposta ou indisponibilidade de horários. Os municípios de Tapira, Betim e Serro compareceram às reuniões.

Considerando as respostas dos municípios de Tapira, Betim e Serro ao formulário, tem-se que o documento foi solicitado por pessoas que ocupam diferentes cargos na gestão pública municipal, sendo que, no município de Tapira o formulário foi solicitado e preenchido por uma Agente Comunitária de Saúde, no município de Betim, o formulário foi solicitado e preenchido por uma Médica-Veterinária e, no município do Serro, o documento foi solicitado e preenchido por uma Diretora de Meio Ambiente, Licenciamento, Fiscalização e Controle Ambiental.

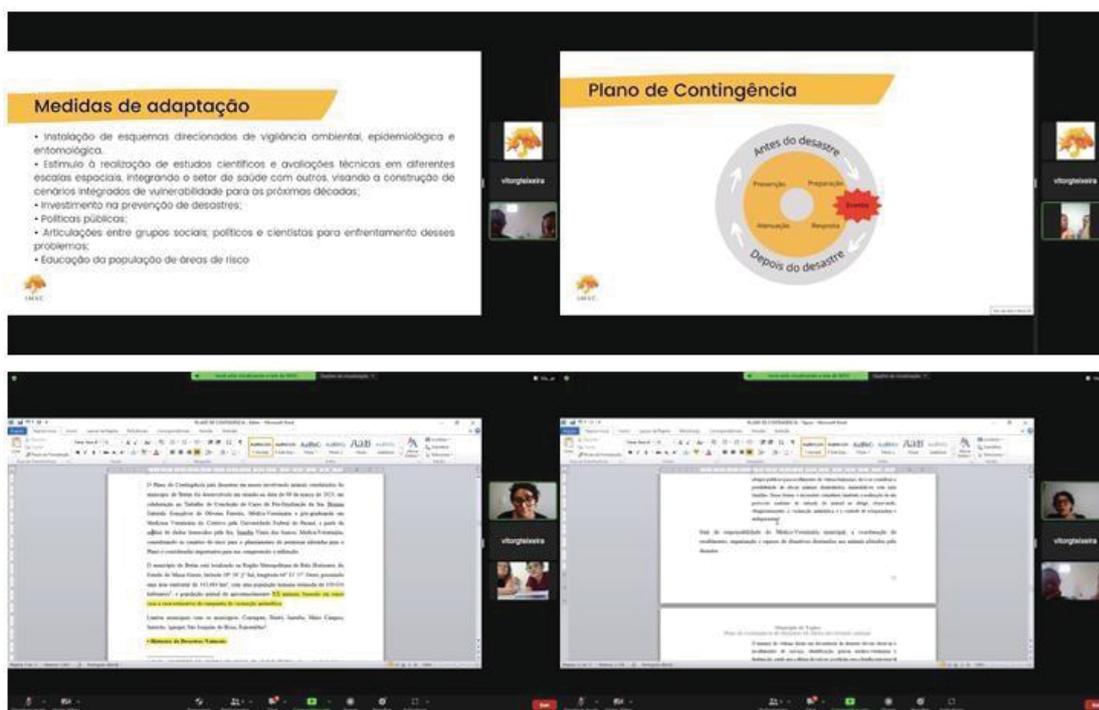
Todas as respondentes afirmaram que seus municípios já passaram por alguma situação de desastre, sendo informado que, no município de Tapira, ocorreram enchentes e inundações, no município de Betim ocorreram enchentes, inundações e deslizamentos de terra e, no município do Serro, ocorreram enchentes, inundações, deslizamentos de terra e incêndios. Em relação à frequência desses eventos foi informado que, no município de Tapira, estes ocorreram uma ou mais vezes nos últimos dez anos, que no município de Betim ocorrem todo ano e que, no município do Serro, ocorreram uma ou mais vezes nos últimos cinco anos.

Em relação à população humana e animal de cada município, tem-se que o município de Tapira tem população humana aproximada de 4.890 pessoas e 3.047 animais, que o município de Betim tem população humana de aproximadamente 444.784 pessoas e 108.000 animais e que, o município do Serro, tem população humana de aproximadamente 20.915 pessoas e 7.752 animais. O município de Tapira apresenta, dessa forma, a razão de um animal

para cada 1,6 habitantes, enquanto o município de Betim apresenta a razão de um animal para cada 4,11 habitantes e o município do Serro apresenta um animal para cada 2,69 habitantes.

O município de Tapira informou que não existem ONGs/OSCs de proteção animal no município, enquanto os municípios de Betim e Serro informaram que existem ONGs/OSCs no município e que estas se relacionam bem com a gestão municipal. O município de Tapira informou, ainda, que não existem clínicas veterinárias particulares e nem abrigo municipal de animais no município, enquanto as representantes de Betim e Serro informaram existir clínicas veterinárias particulares e abrigos municipais em seus respectivos municípios. Por fim, todos os municípios contam com pelo menos um Médico-Veterinário em seu corpo de funcionários, embora apenas a Médica-Veterinária do município de Betim tenha se envolvido neste trabalho.

Figura 1 – Registros das reuniões realizadas com os municípios de Tapira, Betim e Serro.



Na data de 09 de março de 2023, foram realizadas reuniões individuais, de aproximadamente 1h30, com os municípios de Tapira, Betim e Serro (Figura 1). Nas reuniões em questão, foi apresentado um modelo genérico de plano de contingência considerando a vida animal, formulado a partir do Plano Nacional de Contingência de Desastres em Massa Envolvendo Animal do CFMV e suas orientações (ANEXO I). A partir deste documento, todos os pontos do plano genérico foram discutidos, sendo que, em observância às

características e necessidades individuais de cada município, o plano foi alterado e esboçado, a fim de tornar-se um instrumento individual, aplicável a cada realidade.

a) Tapira

Em reunião com o município de Tapira, representado pelas Sras. Claudenice Mendes da Costa e Elislene Aparecida Cruvinel, Agentes Comunitárias de Saúde, foram descritas as características do município em questão. Trata-se de um município localizado na Região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba do Estado de Minas Gerais, latitude 19°55'20" sul e a uma longitude 46°49'23" oeste, possuindo uma área territorial de 1.183,74m², com uma população humana estimada de 4.832 habitantes, e população animal de aproximadamente 3.047 animais, baseado dados da campanha de vacinação antirrábica de 2022, com histórico de desastres naturais composto por enchentes e inundações.

As informações repassadas pelas representantes, bem como as informações coletadas no formulário diagnóstico, foram adicionadas ao plano, que foi inteiramente lido e discutido durante a reunião. Em relação às áreas de risco para eventos hidrológicos referentes ao município, foi informado que tratam-se dos bairros Centro e Anacleto José de Moraes. Ainda em relação às áreas de risco, informaram sobre a existência do Complexo de Mineração de Tapira, que abriga quatro tipos de barragens: barragem de captação de água nova, barragem de lamas, barragem de rejeitos e barragem de decantação.

As representantes informaram sobre a falta de políticas públicas e interesse da gestão municipal em relação ao MPCG. Dessa forma, foi esclarecido às Sras. os deveres assumidos pelo município no Termo de Compromisso Positivo assinado junto à CEDA do MPMG para adesão ao PRODEVIDA. Ainda, foi sugerido que as representantes se reunissem com os órgãos envolvidos para informar as obrigações assumidas pelo município e determinar as atribuições de cada setor e seus representantes em relação ao plano de contingência. Ficou determinado que o documento seria discutido com órgãos municipais, atores da causa animal e Defesa Civil, para que os pontos de dúvida fossem esclarecidos e, as obrigações, definidas. Em relação às barragens, seus perigos envolvidos também foram considerados no plano.

Um importante ponto de dificuldade relacionado à inclusão de animais no plano de contingência de Tapira refere-se à falta de clínicas veterinárias particulares e abrigos públicos para animais no município. Desta forma, foi solicitado que o município de Tapira articule ações com o município de Uberaba, localizado a 187,7km, permitindo melhor acesso a

estabelecimentos de saúde e reabilitação animal, de forma a determinar fluxos necessários caso o plano de contingência seja acionado.

O esboço do documento e o Plano Nacional de Contingência de Desastres em Massa Envolvendo Animal, do CFMV, foram enviados às representantes por e-mail ao fim da reunião, para que fossem dados os encaminhamentos consequentes.

b) Betim

Em reunião com o município de Betim, representado pelas Sras. Samilla Vieira dos Santos, Médica-Veterinária e Carla Roberta Barros Cabral Soares Silva, Superintendente de Defesa Animal do Município de Betim, foram descritas as características do município em questão. Trata-se de um município localizado na Região Metropolitana de Belo Horizonte, do Estado de Minas Gerais, latitude 19° 58' 3" Sul, longitude 44° 11' 57" Oeste, possuindo uma área territorial de 343,884 km², com uma população humana estimada de 450.024 habitantes, e população animal de aproximadamente 78.000 animais, com histórico de desastres naturais composto por deslizamentos de terra, queimadas e enchentes.

As informações repassadas pelas representantes, bem como as informações coletadas no formulário diagnóstico, foram adicionadas ao documento, que foi inteiramente lido e discutido durante a reunião.

Em relação às áreas de risco referentes ao município, as representantes não souberam informar, com exatidão. Ainda, foi sugerido que se reunissem com os órgãos envolvidos para determinar as atribuições de cada setor e seus representantes. Ficou determinado, assim, que o esboço do Plano de contingência seria discutido com órgãos municipais, atores da causa animal e Defesa Civil, para que os pontos de dúvida fossem esclarecidos e as obrigações, determinadas.

As representantes solicitaram, ainda, uma alteração referente aos animais não domiciliados recolhidos em situações de desastres e que não fossem adotados, para que, assim que recuperados e castrados, fossem soltos. A solicitação se deu devido à superlotação do abrigo público e à dificuldade na manutenção de lares temporários no município. Por tratar-se de uma necessidade local, a alteração foi discutida e realizada.

O esboço do documento e o Plano Nacional de Contingência de Desastres em Massa Envolvendo Animal, do CFMV, foram enviados às representantes por e-mail ao fim da reunião, para que fossem dados os encaminhamentos conseguintes.

c) Serro

Em reunião com o município do Serro, representado pelas Sras. Aline Paulino Moreira, Diretora de Meio Ambiente, Licenciamento, Fiscalização e Controle Ambiental e Jordania Santos Oliveira, Coordenadora de Controle de Zoonoses, foram descritas as características do município em questão. Trata-se de um município localizado na Região Central da Serra do Espinhaço do Estado de Minas Gerais, latitude 18° 36' 21" Sul, longitude 43° 23' 13" Oeste, possuindo uma área territorial de 1.217,645m², com uma população humana estimada de 20.966 habitantes, e população animal de aproximadamente 7.752 animais, baseado dados da campanha de vacinação antirrábica de 2022, com histórico de desastres naturais composto por deslizamentos de terra, queimadas e enchentes.

As informações repassadas pelas representantes, bem como as informações coletadas no formulário diagnóstico, foram adicionadas ao documento, que foi inteiramente lido e discutido durante a reunião.

Em relação às áreas de risco referentes ao município, as representantes não souberam informar, com exatidão. Ainda, foi sugerido que se reunissem com os órgãos envolvidos para determinar as atribuições de cada setor e seus representantes. Ficou determinado, assim, que o esboço do plano de contingência seria discutido com órgãos municipais, atores da causa animal e Defesa Civil, para que os pontos de dúvida fossem esclarecidos e as obrigações, determinadas.

O esboço do documento e o Plano Nacional de Contingência de Desastres em Massa Envolvendo Animal, do CFMV, foram enviados às representantes por e-mail ao fim da reunião, para que fossem dados os encaminhamentos conseguintes.

Considerando as respostas dos municípios de Patos de Minas, Contagem, Teófilo Otoni, Dom Bosco e Ribeirão das Neves ao formulário, mesmo que estes não tenham participado das reuniões para elaboração do plano, tem-se que apenas um desses municípios nunca passou por uma situação de desastre, Dom Bosco, sendo que todos os outros municípios informaram ter passado por enchentes e inundações. A representante do município de Patos de

Minas ainda informou a ocorrência de incêndios, enquanto os representantes de Contagem e Teófilo Otoni relataram a ocorrência de deslizamentos de terra. Os municípios de Patos de Minas e Contagem informaram que os eventos ocorreram uma ou mais vezes nos últimos cinco anos, enquanto o município de Teófilo Otoni informou que os eventos ocorreram uma ou mais vezes nos últimos dez anos.

A negligência dos municípios com a vida animal é evidenciada quando se observa que, dos cento e oitenta e quatro municípios convidados para o desenvolvimento do plano, apenas oito se interessaram pelo documento, correspondendo a um percentual de 4,34% de interesse. A situação é ainda mais notável quando se considera que, dos oito municípios interessados, apenas três desenvolveram, de fato, este plano de contingência, correspondendo a um percentual de 1,63% dos municípios convidados.

6. CONCLUSÃO

As reuniões com os três municípios trabalhados foram frutuosas e permitiram o delineamento de um plano de contingência que salvasse a vida animal, considerando as necessidades de cada localidade. Sua finalização, contudo, depende da articulação entre órgãos municipais, atores da causa animal e defesa civil, a fim de determinar ações, esclarecer dúvidas e propor protocolos funcionais à realidade municipal. Foi observada negligência dos municípios acerca do tema, baseada no baixo engajamento e nas desistências ocorridas durante o estudo. Deste modo vê-se a necessidade da potencialização de ações educativas que esclareçam aos gestores municipais e atores da causa animal, a importância da elaboração de planos de contingência considerando, também, a vida de animais de companhia.

7. CRONOGRAMA

| DATA | AÇÃO/TAREFA |
|------------|---|
| 30/04/2022 | Submissão à Plataforma Brasil |
| 24/07/2022 | Entrega do Relatório Parcial (1ª versão) |
| 18/09/2022 | Postagem do Relatório Parcial (1ª versão) |
| 01/12/2022 | Entrega do Relatório Parcial (2ª versão) |
| 04/02/2023 | Postagem do Relatório Parcial (2ª versão) |
| 11/02/2023 | Apresentação Powerpoint |
| 04/03/2023 | Postagem do vídeo sobre o projeto |
| 30/03/2023 | Entrega Relatório Final (1ª versão) |
| 30/04/2023 | Postagem Relatório Final (Versão final) |

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, A. L.; Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil. [Brasília]: Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional. Disponível em <<https://www.gov.br/mdr/pt-br/composicao/secretarias-nacionais/ptecao-e-defesa-civil>>. Acesso em 01 de mar. de 2023.

ANTONIO, L. S.; VALENCIO, N. Animais de estimação em contexto de desastres: desafios de (des) proteção. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 38, 2016.

Arruda E. C.; Araujo G. D.; Sousa M. G. Plano de ação para resgate de animais em desastres ambientais. **Revista de Educação Continuada em Medicina Veterinária e Zootecnia do CRMV-SP**, v. 13, n. 3, p. 68-68, 18 jan. 2016.

Bastos, A. L. et. al. **Nota técnica: Plano de contingência de desastres para animais em situação de emergência no estado de Minas Gerais**. Belo Horizonte, 2022. No prelo.

Bastos, A. L. F. Como iniciar um programa de manejo populacional de cães e gatos. In: GARCIA, Rita de Cássia (Org.). **Medicina Veterinária do Coletivo: Fundamentos e Práticas**. São Paulo: Ed. Integrativa Vet. 2019. p. 357-363.

BRASIL. Decreto nº 7.257 de agosto de 2010. Institui o Sistema Nacional de Defesa Civil – SINDEC. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/Decreto/D7257.htm>. Acesso em 19 jul. 2022.

FERNANDES, Camila Yarla et al. Avaliação do plano de contingência para desastres de Belo Horizonte 2016/2017. **XXII Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos**, 2017.

FREITAS, C. M. et al. Desastres naturais e saúde: uma análise da situação do Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 19, p. 3645-3656, 2014.

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS. Prestar consultoria e apoio na elaboração de planos de proteção e defesa civil. [S. l.], 2021. Disponível em: <<https://www.mg.gov.br/servico/prestar-consultoria-e-apoio-na-elaboracao-de-planos-de-protecao-e-defesa-civil>>. Acesso em: 24 mar. 2023.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Mapa de Biomas do Brasil. Brasil: **Brasil em Síntese**, 2004. Disponível em: <<https://brasilemsintese.ibge.gov.br/territorio.html>>. Acesso em 03 de mar. 2023.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. População. Minas Gerais: IBGE, 2021. Disponível em: < <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/panorama> >. Acesso em 03 mar. 2023.

IBGE. Pesquisa de Informações Básicas Municipais – MUNIC, 2011. IPEA/IBGE. Perfil dos Municípios Brasileiros. Rio de Janeiro: s.n., 2012. Disponível em < <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv62479.pdf>>. Acesso em 03 mar. 2023.

KRON, W. et al. How to deal properly with a natural catastrophe database—analysis of flood losses. **Natural Hazards and Earth System Sciences**, v. 12, n. 3, p. 535-550, 2012.

MEDEIROS, C. P.; et al. Desastre é um processo: precisamos falar sobre isso. **Impactos à saúde decorrentes de barragens de mineração**. Instituto René Rachou - FIOCRUZ, Belo Horizonte. 2022.

MENDONÇA, A. Chuvas deixam 375 municípios em situação de emergência em Minas. **O Estado de Minas**: Belo Horizonte, 13 jan. 2022. Disponível em: < https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2022/01/13/interna_gerais,1337320/chuvasdeixam-375-municipios-em-situacao-de-emergencia-em-minas.shtml>. Acesso em 19 jul. 2022.

MURATORI, Matheus. Minas Gerais é o estado com mais desastres naturais nos últimos 10 anos. **O Estado de Minas**: 2022. Disponível em: < https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2022/04/07/interna_gerais,1358442/minas-gerais-

e-o-estado-com-mais-desastres-naturais-nos-ultimos-10-anos.shtml>. Acesso em 26 mar. 2023.

Organización de las Naciones Unidas para la Agricultura y la Alimentación (FAO). **La Salud Pública Veterinaria en Situaciones de Desastres Naturales y Provocados**. Roma, 2010.

United Nations Office for Disaster Risk Reduction (UNISDR). [Internet] 2009; 30. Acesso em 24 mar 2023. Disponível em: <<http://www.unisdr.org/we/inform/publications/7817>>.

ANEXO I – Modelo genérico de plano de contingência, formulado a partir do Plano Nacional de Contingência de Desastres em Massa Envolvendo Animal do CFMV e suas orientações, usado como base para o desenvolvimento dos planos de contingência dos municípios de Tapira, Betim e Serro.

**PLANO DE CONTINGÊNCIA DE DESASTRES EM
MASSA ENVOLVENDO ANIMAIS
Município de **XXXXXXXXXX****

[MUNICÍPIO]

[ANO DE ELABORAÇÃO DO PLANO]

1. INTRODUÇÃO

Desastre em massa é o termo que designa um incidente coletivo com um grande número de vítimas graves ou fatais, especialmente em decorrência de alta concentração demográfica em áreas reduzidas, e que supera a capacidade de resposta das instituições locais. Consistem em eventos catastróficos e repentinos, nem sempre imprevisíveis, que requerem ação rápida e eficiente. Tal resposta é possível a partir de planejamento prévio, com participação dos órgãos responsáveis, que considerem o impacto completo abrangendo as vítimas, seus familiares e o ambiente como um todo¹.

Desastres em massa envolvendo animais são eventos nos quais animais não humanos fazem parte do contexto de vítimas e/ou de resgate. Nessas situações, as considerações podem alcançar cuidados como primeiros socorros, alojamento e restituição dos animais aos seus tutores¹.

O Plano de Contingência para Desastres considerando animais em situações de [INSERIR OS TIPOS DE EVENTOS RELATADOS NO MUNICÍPIO], correlatados no município de [NOME DO MUNICÍPIO], estabelece procedimentos a serem adotados para animais pelos órgãos envolvidos direta ou indiretamente na resposta a emergências e desastres relacionados a estes eventos naturais².

De acordo com o CFMV (2020)¹, a importância de planos para abordar a população animal em um contexto de desastres considera os seguintes impactos:

- **Impacto na saúde pública:** animais deixados no ambiente do desastre podem adoecer e transmitir doenças, afetando também as equipes de resgate. Com as alterações ambientais e sociais, os animais podem ficar assustados, apresentar alterações comportamentais e, até mesmo, agressividade. Há ainda o risco dos tutores retornarem para a área afetada para resgatar seus animais de estimação, adiarem a mudança ou não deixarem a moradia, aumentando a exposição aos riscos.

¹ CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA. (ed.). **Plano Nacional de Contingência de Desastres em Massa Envolvendo Animal**. Brasília: Conselho Federal de Medicina Veterinária, 2020. BRASILIA. Disponível em: <https://www.cfmv.gov.br/plano-nacional-de-contingencia-de-desastres-em-massa-envolvendo-animal/comunicacao/publicacoes/2020/10/05/#1>. Acesso em: 08 mar. 2023.

² Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa Civil do Estado do Espírito Santo (CEPDEC-ES). (2017). Planos de Contingência. Nova Venécia: CEPDEC-ES. Disponível em: <<https://defesacivil.es.gov.br/planos-de-contingencia>>. Acesso em: 08 mar. 2023.

- **Impacto na perseguição penal:** animais vivos e mortos na situação de desastres em massa podem representar importantes informações para a investigação policial e perícia criminal, em sua função de esclarecer causas, dinâmica e autoria dos crimes.

- **Impacto nos animais:** animais deixados no local do desastre ficam vulneráveis à reprodução descontrolada, fome, ferimentos, doenças e morte. Animais saudáveis, quando resgatados, ainda correm riscos em abrigos lotados e sem planejamento sanitário preventivos, decorrentes da falta de condições adequadas para abrigá-los.

- **Impacto emocional na sociedade:** o sofrimento das famílias e dos animais, assim como, a perda deles por seus tutores, acrescido de um grande número de óbitos e sofrimento animal gera uma forte comoção por parte da sociedade. Tal comportamento pode atrapalhar o trabalho desenvolvido pelas equipes de resgate.

Vale acrescentar que o animal de estimação, atualmente, desempenha papéis de apoio emocional aos tutores e diminui a tensão entre os membros da família. Sua perda pode precipitar sintomas depressivos, especialmente para tutores sem uma forte rede de apoio social.

- **Impactos econômicos:** É preciso contabilizar os custos de tratamento de doenças transmitidas por sistemas de água contaminados por animais ou ataques de animais assustados sobre um sistema de saúde já sobrecarregado em circunstâncias do desastre. Há ainda custos com o trabalho da equipe de resgate para retirar os animais das casas, remoção dos corpos e custos com tratamento psicológico dos tutores que os perderam.

O presente plano foi elaborado pelo(a) Sr(a). [NOME DO(A) REPRESENTANTE], [CARGO DO REPRESENTANTE], com auxílio da Médica-Veterinária Brunna Gabriela Gonçalves de Oliveira Ferreira, e será submetido aos órgãos e instituições integrantes do Sistema Municipal de Defesa Civil de [NOME DO MUNICÍPIO OU REGIÃO], identificados na página de assinaturas, os quais assumem o compromisso de atuar de acordo com a competência que lhes é conferida, desenvolvendo ações para a criação e manutenção das condições necessárias ao desempenho das atividades e responsabilidades previstas neste Plano.

1.2. PÁGINA DE ASSINATURAS

| NOME | TÍTULO DA AUTORIDADE | ASSINATURA |
|------|----------------------|------------|
| | | |
| | | |
| | | |
| | | |

1.3. REGISTRO DE ALTERAÇÕES

| DATA | ALTERAÇÃO | OBSERVAÇÕES |
|------|-----------|-------------|
| | | |
| | | |

1.4. INSTRUÇÕES PARA USO DO PLANO

O presente Plano é estruturado de acordo com o diagnóstico de vulnerabilidade municipal considerando animais. Para sua efetiva aplicação deverão ser utilizadas as instalações e percursos explicitamente considerados no planejamento e anexos.

2. FINALIDADE

O Plano de Contingência para o município de [NOME DO MUNICÍPIO] estabelece os procedimentos adotados pelos órgãos envolvidos na resposta a emergências e desastres, considerando animais, recomendando e padronizando, a partir da adesão dos órgãos responsáveis, os aspectos relacionados ao monitoramento, alerta, alarme e resposta, a fim de reduzir os danos e prejuízos decorrentes do evento.

3. SITUAÇÃO E PRESSUPOSTO

O Plano de Contingência para desastres em massa envolvendo animais correlatados no município de [NOME DO MUNICÍPIO] foi desenvolvido em reunião na data de [DATA DE DESENVOLVIMENTO DO DOCUMENTO], em colaboração ao Trabalho de Conclusão de Curso de Pós-Graduação da Sra. Brunna Gabriela Gonçalves de Oliveira Ferreira, Médica-Veterinária e pós-graduanda em Medicina Veterinária do Coletivo pela Universidade Federal do Paraná, a partir da análise de dados fornecidos pelo(a) Sr(a). [NOME DO REPRESENTANTE], [CARGO DO REPRESENTANTE], considerando os cenários de risco para o planejamento de premissas adotadas para o Plano e consideradas importantes para sua compreensão e utilização.

O município de [NOME DO MUNICÍPIO] está localizado na Região [NOME DA REGIÃO], do Estado de Minas Gerais, [COORDENADAS GEOGRÁFICAS], possuindo uma área territorial de [ÁREA TERRITORIAL EM KM²], com uma população humana estimada de [NÚMERO DA POPULAÇÃO ESTIMADA] habitantes³, e população animal de aproximadamente [NÚMERO DE ANIMAIS] animais.

Limites municipais com os municípios: [INSERIR MUNICÍPIOS LIMÍTROFES]

• **Histórico de Desastres Naturais:** [É NECESSÁRIO QUE SEJAM AVALIADOS E REPASSADOS COM A DEFESA CIVIL]

³ IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo de 2010. Minas Gerais: IBGE, 2010. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/mg/NOME DA CIDADE.html>>. Acesso em [DATA DE ACESSO].

4. CENÁRIOS DE RISCO – delinear o cenário de risco do município, relacionando tipo e área de risco.

Os cenários de risco do município foram catalogados com base no registro de informações de ocorrências que ocorrem sazonalmente, sendo esses eventos comuns como fatores de risco, como [TIPOS DE EVENTOS QUE OCORREM NO MUNICÍPIO].

• **Áreas de Risco Relacionadas:**

| TIPO DE RISCO | ÁREA DE RISCO (local) |
|---------------|-----------------------|
| | |

5. OPERAÇÕES – determinar fluxos de acordo com a realidade do município, considerando o número de pessoas e órgãos envolvidos.

O Plano de Contingência será ativado sempre que forem percebidas as condições e pressupostos que caracterizam um dos cenários de risco previstos.

Na ocorrência de um desastre em massa, é importante, o quanto antes, que ocorra um diálogo entre as equipes de atenção aos animais e o Comando do Incidente, para que haja uma efetiva integração ao organograma, permitindo a coordenação e execução das operações relacionadas aos animais de maneira eficiente¹.

•**Sistema de Comando de Incidente (SCI):** Constitui uma ferramenta padronizada de gerenciamento de todos os tipos de incidentes, sinistro e eventos. Permite a seu usuário adotar uma estrutura organizacional integrada para suprir as complexidades e demandas de incidentes únicos ou múltiplos, como forma de otimizar o uso de recursos humanos e materiais¹.

O SCI pode contribuir de forma decisiva no atendimento a desastres envolvendo animais, permitindo a atuação integrada das diversas instituições e entidades da sociedade civil que possuem atribuições em relação às vítimas não humanas. Para tanto, é necessário que as equipes de trabalho tenham conhecimento sobre os princípios, funções, zonas de trabalho e hierarquia e disciplina do SCI para que possam se integrar de maneira harmônica à cadeia de comando¹.

• **Princípios de SCI:**

Terminologia comum: Os atores envolvidos no atendimento ao desastre devem usar termos e nomenclaturas padronizados, de conhecimento de todos;

Alcance de controle: Número de liderados que deve haver em uma equipe; Estudos sugerem o máximo de 7 supervisionados para cada time, considerando o maior controle das atividades executadas;

Organização modular: As atividades são executadas em módulos hierárquicos, que podem ser acrescentados, transferidos ou retirados considerando-se a evolução do atendimento ao incidente.

Comunicação integrada: As comunicações devem se dar pelos meios e canais planejados e estabelecidos previamente.

Planejamento: A execução das atividades deve se dar de acordo com um Plano de Ação do Incidente específico.

Cadeia de comando: Cada pessoa dentro da organização responde e informa somente a uma pessoa designada, de acordo com seu nível hierárquico.

Comando unificado: Todas as instituições participantes do SCI respondem a um comando unificado, ainda que mantenham sua autoridade e competência.

Instalações padronizadas: Todas as instalações do SCI devem ter localização conhecida, sinalizada e segura, seguindo denominação padronizada.

Manejo integral dos recursos: Todos os recursos ficam à disposição do Comando do Incidente, independentemente da instituição a que pertençam¹.

Segundo o Plano Nacional de Contingência de Desastres em Massa Envolvendo Animal (2020), “é necessário que os profissionais atuantes em desastres ambientais ou de outra natureza sejam adequadamente imunizados em relação à raiva, febre amarela, hepatite A e tétano”.

- **Assistência às vítimas:** Considerando as vítimas animais envolvidas em situações de desastres, é importante que equipes sejam destinadas às atividades de suporte, abrigo, salvamento e emergência. Idealmente, cada equipe deverá ser liderada por um médico-veterinário, podendo ser composta por estudantes de medicina veterinária, veterinários voluntários, agentes de combate às endemias, biólogos, estudantes de biologia, protetores independentes e membros de Organizações da Sociedade Civil (OSCs)¹.

6. PROCEDIMENTO – determinar fluxos de acordo com a realidade do município, considerando o número de pessoas e órgãos envolvidos.

Após a decisão formal de ativar o Plano de Contingência as seguintes medidas serão desencadeadas:

- Ativação do plano de chamada, posto de comando e compilações de informações;

- Os órgãos mobilizados ativarão os protocolos internos definidos de acordo com o nível da ativação (atenção, alerta, alarme, resposta);

- De acordo com o nível de ativação, os órgãos envolvidos deverão providenciar os recursos humanos e materiais, e ficar de prontidão para o atendimento;

- A comunidade deverá ser comunicada de todas as ações, pelos meios de comunicações ativas no município, sendo que em casos de evacuação ou realocação da população, é necessário que a comunidade seja instruída a levar seus animais consigo ou a tirá-los de coleiras ou canis, permitindo sua sobrevivência¹.

O trabalho integrado de equipes de resgate e de saúde se torna fundamental para restabelecer a equipe local e diminuir ocorrências futuras de agravos e danos, especialmente a transmissão de zoonoses. É imprescindível uma avaliação de risco para mensurar os efeitos do desastre, devendo-se considerar:

- Enfoque na sua magnitude e extensão;
- Área e fronteiras geográficas;
- Espécies e número de animais afetados;
- Taxas de morbidade e mortalidade;
- Tipos de lesões e doenças;
- Condições e características da população afetada;
- Danos à infraestrutura para animais;
- Estado dos sistemas de fornecimento de comida e água;
- Nível de resposta (local, regional ou nacional).

É importante fazer o levantamento de dados, análises e investigações a campo e laboratoriais dos agravos e doenças de importância na saúde pública veterinária e defesa animal¹.

Um desastre em massa é um cenário de alta complexidade e que, portanto, demanda uma equipe multidisciplinar baseada em habilidades e capacitações individuais que confirmam aptidão aos atores envolvidos. É necessário que o quadro de equipe de trabalho seja preenchido com o máximo de precisão, para maior eficácia no acionamento e controle das equipes de trabalho¹.

| Órgão/Instituição | Responsável | Cargo/Função | Contato | Responsabilidade |
|--------------------------|--------------------|---------------------|----------------|-------------------------|
| | | | | |

| OCUPAÇÃO SCI | DESCRIÇÃO DE ATIVIDADES | RESPONSÁVEL |
|--|---|-------------|
| Comandante do Incidente | Máxima autoridade do SCI, sendo responsável pela condução da resposta do incidente. Todas as suas observações e determinações serão, necessariamente, dirigidas ao Chefe de Operações, que é o responsável operacional de todas as ações em um incidente, incluindo até operações de resgate técnico dos animais vítimas por um desastre. | |
| Oficial de segurança | Responsável pela avaliação dos riscos, bem como discrição e adoção de medidas que garantam a segurança do pessoal envolvido nas atividades, incluindo as zonas de um incidente e suas imediações. | |
| Oficial de ligação | Responsável pelo contato com todas as instituições envolvidas no atendimento do incidente | |
| Oficial de informação pública | É o porta-voz do Comando do Incidente. Também é conhecido como oficial de comunicações. Pessoa responsável por prestar informação pública oriunda e liberada pelo Comando do Incidente. | |
| Chefe de operações | Responsável pela execução das atividades previstas no Plano de Ação do Incidente. | |
| Chefe de Planejamento | Responsável por elaborar o Plano de Ação do Incidente, disciplinando as atividades e o uso dos recursos em um determinado período operacional. | |
| Chefe de logística | Responsável por prover instalações, serviços e materiais, inclusive os recursos humanos necessários à operação dos equipamentos. | |
| Chefe de administração e finanças | Responsável por justificar, controlar e registrar todos os gastos e pela manutenção dos documentos financeiros. | |

7. RECURSOS - determinar recursos de acordo com a realidade do município, considerando o número de pessoas e órgãos envolvidos.

Com a ativação deste Plano, será realizada a convocação de todos os órgãos de apoio, iniciando o gerenciamento das ações iniciais das operações e análise das necessidades de recursos externos.

8. FASES - determinar fluxos de acordo com a realidade do município, considerando o número de pessoas e órgãos envolvidos.

A resposta a ocorrências de [TIPOS DE EVENTOS] correlatos no município de [NOME DO MUNICÍPIO] será desenvolvida nas diferentes fases do desastre: no pré-desastre, no desastre propriamente dito e na desmobilização.

• PRÉ-DESASTRE

Identificados os riscos eventuais dentro do território do município, faz-se necessário determinar a população animal vulnerável aos riscos com a realização de censo animal, realizado casa a casa. É necessário, ainda, que sejam reforçadas as campanhas de vacinação antirrábica (considerando o risco de mordeduras em resgates) e, caso haja possibilidade, vacinação múltipla¹.

Em relação aos tutores de animais, estes devem ser informados sobre os riscos sob os quais estão submetidos, bem como em relação à conduta para com seus animais em possíveis situações de desastres¹.

Estratégias de inclusão de informações de prevenção pré-desastres podem ser consideradas em programas de educação em saúde e guarda responsável de animais já estabelecidos pelo município em questão¹.

• DESASTRE

O grupo de trabalho poderá contar com especialistas ou membros de instituições parceiras. Somente os recursos necessários para atender a demanda da Operação terão autorização para ficar no local, evitando desgastes e riscos desnecessários¹.

Caberá ao órgão de Proteção e Defesa Civil Municipal a organização da cena, ativando preliminarmente as áreas para posto de comando, área de espera, áreas de evacuação, rotas de fuga, pontos de encontro e abrigos¹.

É necessário que o número de animais afetados seja levantado com o auxílio do Censo Animal.

O socorro de animais deve ser realizado por profissionais capacitados para este fim, considerando as necessidades das espécies envolvidas. Os animais devem ser capturados adequadamente e, de acordo

com suas condições de saúde, encaminhados, de forma segura, aos locais ou profissionais que darão prosseguimento ao atendimento emergencial. O manejo dos animais durante todo o processo de resgate e transporte deve ser realizado de forma ética. O manejo ético é aquele que contempla técnica associada à responsabilidade. Por isso, são necessários conhecimentos e habilidades que se relacionem à etologia, ao bem-estar animal e à sensibilidade¹.

O manejo pré-resgate deverá abortar o diagnóstico de cenário do resgate, identificando as áreas de risco, identificação da espécie a ser resgatada, considerando seu porte, status de saúde dos animais em questão, permitindo o emprego de técnica adequada ao estado clínico, definição de instrumentos e insumos necessários para o resgate, profissionais específicos para o resgate e especificações finais, contemplando o tempo máximo de resgate para a espécie e o tipo de transporte necessário à demanda¹.

O Médico-Veterinário do serviço público ou contratado pelo município irá verificar adequadamente os casos de acordo com o nível de gravidade, para adotar o atendimento necessário e suporte ao paciente. É necessário que sejam estabelecidas parcerias com clínicas veterinárias particulares, faculdades de medicina veterinária e OSCs de proteção e defesa animal, para que os encaminhamentos sejam viáveis¹.

Todas as vítimas animais deverão ser cadastradas, registradas e ter seus encaminhamentos acompanhados pelo município. Em situações onde haja abrigos públicos para acolhimento de vítimas humanas, deve-se considerar a possibilidade de alocar animais domiciliados, mantendo-os com suas famílias. Dessa forma, é necessário considerar, também, a realização de um protocolo sanitário de entrada do animal no abrigo, observando, obrigatoriamente, a vacinação antirrábica, espécie-específica e o controle de ectoparasitas e endoparasitas¹.

Será de responsabilidade do Médico-Veterinário municipal, a coordenação de recebimento, organização e repasse de donativos destinados aos animais afetados pelo desastre.

O manejo de vítimas fatais em decorrência do desastre deverá observar o recolhimento de cadáver, identificação, perícia médico-veterinária e destinação, sendo que a última deverá ser acordada com a família responsável pelo animal. Ao reconhecimento de cadáver animal em local de desastre, é necessário registrar as coordenadas geográficas exatas, as quais devem ser repassadas imediatamente ao Comando do Incidente. É imprescindível o registro fotográfico do cadáver na posição em que foi encontrado¹.

Em situações onde a eutanásia se fizer necessária, esta deve seguir a resolução nº 1.000 do Conselho Federal de Medicina Veterinária⁴.

Segundo o Manual de Busca e Salvamento do Corpo de Bombeiros Militar do Rio de Janeiro (2008), “a suspensão das buscas ocorre somente quando a vítima já foi encontrada, falta de indícios ou provas para continuar, e/ou quando toda a área da possível localização da vítima já tenha sido vistoriada”⁵.

Formulário de Diagnóstico Inicial (FDI): Para fins de diagnóstico situacional, o FDI deve registrar as seguintes informações: data e hora do desastre, local do desastre (com coordenadas geográficas), rota de acesso, tamanho da área atingida, tipo de incidente, estimativa de tempo de trabalho necessário, estimativa de número e espécies de animais sobreviventes, estimativa de número e espécies de animais mortos, integridade e conservação dos cadáveres não humanos, identificação do Comando do Incidente e instituições integrantes do SCI, estimativa dos recursos materiais necessários, estimativa dos recursos humanos necessários, identificação da equipe responsável e de outras observações consideradas relevantes¹.

Plano de ação: Deve ser elaborado com base nos dados do FDI, considerando:

- Etapa 1: Composição das equipes de trabalho;
- Etapa 2: Distribuição de funções;
- Etapa 3: Estabelecimento das atividades prioritárias e estratégias de ação;
- Etapa 4: Estimativa de tempo para a realização das atividades;
- Etapa 5: Registro das ações e definição de padrões;
- Etapa 6: Registro, controle e custódia dos vestígios;
- Etapa 7: Definição de EPIs por atividades específicas;
- Etapa 8: Definição de meios de comunicação;
- Etapa 9: Verificação de materiais e equipamentos disponíveis.

Para fins de resgate, é necessário considerar:

- Animal lesionado, fraturado, debilitado e/ou clinicamente instável deve receber tratamento emergencial e ser transportado para a base de atendimento o mais rápido possível;

⁴ CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA. (ed.). **Guia Brasileiro de Boas Práticas para Eutanásia em Animais: Conceitos e procedimentos recomendados**. Brasília, 2012. BRASILIA. 62 p. Disponível em: <https://www.cfmv.gov.br/guia-brasileiro-de-boas-praticas-para-a-eutanasia-emanimalis/comunicacao/publicacoes/2020/08/03/#4>. Acesso em: 08 mar. 2023.

⁵ CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. 1º Grupamento de Busca e Salvamento. **Manual de Busca e Salvamento/QBMP-0**. Rio de Janeiro: CBMERJ, 2008.

- Para animais mansos, o resgate deve ser manual, colocando-os em caixa de transporte de tamanho adequado. Animais da mesma residência, com bom convívio, podem ser transportados na mesma caixa desde que com espaço suficiente;

- Animais com comportamento arisco e/ou agressivo devem ser resgatados na presença do tutor. Em casos onde o tutor não for identificado, os animais deverão ser resgatados com cambão (cães) ou puçá/rede (gatos) e colocados imediatamente em caixa de transporte. A sedação deverá ser avaliada.

- Animais ferais deverão ser resgatados com dardo, quando necessário, podendo ser utilizados, também, cambão ou armadilha (cães), gatoeiras (gatos) e sedação. A condição do animal feral deverá ser identificada na caixa de transporte.

É necessário garantir que os cães e gatos sejam devidamente identificados, cadastrados e recebam os primeiros atendimentos veterinários e a imunização adequada, bem como o tratamento correto¹.

• **Procedimentos:**

- Animais em condições que necessitem de atendimento veterinário imediato tem prioridade;

- Cada animal deverá ser recebido individualmente, identificado e avaliado em relação ao seu estado clínico geral;

- Os animais deverão ser identificados com coleiras, seguindo numeração sequencial de recebimento. A mesma numeração deverá constar na ficha de cadastro e nas demais fichas correspondentes do indivíduo;

- Os animais deverão ser submetidos ao teste rápido de triagem (leishmaniose em cães e teste rápido de FIV e Felv em gatos). O teste de outras doenças poderá ser realizado conforme a necessidade;

- Assim que possível, todos os animais deverão ser microchipados;

- Deverão ser administrados antiparasitários em todos os animais. Animais que estiverem em condições clínicas adequadas deverão ser imunizados com vacina polivalente. Devem, ainda, ser encoleirados com coleira repelente (cães) ou passar por administração de repelente *pour-on* (felinos);

- O encaminhamento deverá ser definido de acordo com o estado de saúde de cada animal, para clínicas, hospitais veterinários, hotéis, canis, lares definitivos ou temporários¹.

• **PÓS-DESASTRE**

Ao pós-desastre, é necessário que seja assegurada a saúde do animal para sua liberação, considerando:

Animais não domiciliados ou que perderam seus tutores no evento deverão ser esterilizados, sendo mantidos em lares temporários enquanto houver necessidade¹ e, posteriormente, ter seus encaminhamentos determinados pelos Médicos-Veterinários responsáveis.

Abrigos temporários são as unidades destinadas ao acolhimento temporário de animais resgatados em situações de desastres em massa. Essas bases atendem, em caráter de depósito, animais que se encontram sob guarda temporária da instituição, município ou ONG responsável pelas ações de reparação dos danos causados pelo desastre. São paralelamente utilizadas como centros operacionais de base para os profissionais médicos-veterinários responsáveis pelos atendimentos externos¹.

Lar temporário: O programa de lar temporário é parte de uma estrutura organizacional que tem como finalidade a adoção não definitiva do animal. É formado, habitualmente, por um grupo de voluntários que disponibilizam seu tempo e espaço para receber animais resgatados ou abrigados por determinado período. Pode, ainda, abranger pessoas da comunidade que têm ou não interesse em uma adoção posterior dos animais em questão¹.

Adoção: A adoção é uma necessidade e, diante disso, alguns fatores devem ser observados para que o processo ocorra da melhor forma possível: os animais devem passar por uma fase de resgate, cuidados e avaliação primária, exames complementares, adoção de condutas de recuperação física e mental até o posterior encaminhamento para a adoção e sua supervisão¹.

Animais identificados pelos seus tutores após o resgate podem ser reintegrados a eles¹.

• DESMOBILIZAÇÃO

O período de atuação na assistência e resgate dos animais é variável e muito dinâmico, sendo muito particular para cada desastre em questão. Portanto, impossível a determinação engessada de um prazo correto para se permanecer na execução das ações¹.

9. ATRIBUIÇÕES - **determinar atribuições em reunião, com a aceitação de todos os envolvidos.**

• VIGILÂNCIA AMBIENTAL

Prevenção:

Preparação:

Resposta:

• SECRETARIA DE SAÚDE

Prevenção:

Preparação:

Resposta:

• SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE

Prevenção:

Preparação:

Resposta:

CONTATOS

Corpo de Bombeiros

Secretaria de Saúde

Secretaria de Meio Ambiente

Vigilância Ambiental

Prefeitura Municipal

Polícia Civil

Clínicas Veterinárias Parceiras

OSCs Parceiras
